



Desenho de António Domingues – Ilustração da *Antologia Temática de Poesia Africana 1; na noite grávida de punhais* (1975)

Ilustração da *Antologia de jovens poetas angolanos; no caminho doloroso das coisas* (1988)



Criança ao colo – linografia de Banzadio José – Ilustração da *Antologia de jovens poetas angolanos; no caminho doloroso das coisas* (1988)

## POESIA NEGRA

DE EXPRESSÃO PORTUGUESA



# AS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA – IDENTIDADE E AUTONOMIA

Pires Laranjeira\*

## RESUMO

O autor traça o percurso genérico das literaturas africanas de língua portuguesa, nos últimos 150 anos, mostrando como os movimentos, revistas e obras se foram pautando, cada vez mais intensamente, pela busca da identidade própria, autonômica, nacional, dentro da língua comum e de heranças culturais diversas. De entre essas heranças, destacam-se o Modernismo, o Neo-realismo, a Negritude ou o romance social do Nordeste brasileiro. Mas, fundamentalmente, as literaturas africanas formaram-se como nacionais, antes da nacionalidade, através de uma retórica e uma imagética que enfatizavam o concreto, o social, a história e o político.

A autonomia das literaturas africanas em relação a uma *progenitora*, que se entende ser a portuguesa, com a qual tantas vezes se confundiram, resultou de um esforço prático e teórico de auto-afirmação que esteve longe de depender exclusivamente de elementos estéticos ou, para sermos mais latos, exclusivamente culturais.

A consciência da africanidade, como passo importante para o esclarecimento da especificidade autonômica face ao continente europeu, pressupondo um conceito de identidade continentalista, resultou de fatores de ordem sócio-política e cultural. Orgulhosa afirmação das qualidades e potencialidades do homem africano perante a negação que delas fazia o europeu, a africanidade radica na contestação ao etnocentrismo e na recusa da dominação colonial.

As primeiras manifestações literárias da africanidade entroncam no conceito de doação popular saído da noção iluminista de *terceiro estado* e adotado pelo romantismo sob a forma de pesquisa folclórica e “recolha” do manancial popular/*nacionalizante*.

---

\* Universidade de Coimbra.

As literaturas africanas oitocentistas não têm um suporte teórico sobre a africanidade e fazem-se ao sabor do pitoresco local e regional, que alguma preocupação realista e social contribui para conferir um pendor africanístico, de uma “africanidade” não marcada, que ensaia passar por “natural”. Assim se podem entender, em Angola, **Nga mutúri**, ou os poemas de Cordeiro da Matta.

Diferente é o processo literário das primeiras décadas do atual século, em que, opondo-se à proliferação *tarzanística* da literatura colonial(ista), os africanos procuram uma estratégia de produção fundamentada em pressupostos pan-africanos, criando textos autonômicos, a que um Margarido não hesita em chamar independentistas (Margarido, 1980, p. 90-95): poemas de Pedro Cardoso e de Marcelo Veiga.

Nos romances de António de Assis Júnior e da trilogia do Camaxilo, de Castro Soromenho, há como que uma exposição do estado das coisas domésticas na vida colonial, com o sobressalto das intrigas em que o pequeno comércio e a exorbitância administrativa fazem lei. No melhor Soromenho é apresentado um painel da dissonância de raças e etnias, do choque de culturas e de poderes, nomeadamente quanto às relações entre colonizadores e colonizados, sem que todavia as personagens principais, os narradores e as visões de mundo defluam inequivocamente do substrato africano, antes emergindo como um conjunto de fatos narrados e de constatações (episódios, descrições, digressões) oriundos de um foco pretensamente equidistante, algo onisciente. Essa vertigem da equidistância, mesmo quando transparece uma afeição pelos condenados e deserdados da terra, denuncia o território cultural, vivencial e cosmogônico donde provém o discurso: a não africanidade ou a inadequação dos seus instrumentos. Outra questão é a da sua inclusão natural no patrimônio cultural angolano, o que não sofre contestação.

A **Claridade** (1936) é a primeira assunção inequívoca de grupo de uma diferença cabo-verdiana, da sua especificidade cultural, em relação ao predomínio das coordenadas lusitanas, todavia não as negando: “os dois factores capitais da formação de Cabo Verde: o europeu e o afro-negro” (João Lopes, “Apontamento”, in **Claridade**, n. 1). Não é ainda o furor ideológico anti-colonial, o espírito de luta política baseado num enraizamento cultural.

O livro de Tenreiro – **Ilha de nome santo** (1942) – constituirá o segundo momento forte da assunção da africanidade explícita (“negro de todo o mundo”) e da santomensilidade<sup>1</sup> como *leit-motiv* para a elaboração de um discurso literário do africano. Tal discurso comporta, antes de mais, uma perspectiva ideológica (e política) que tende a atribuir ao colonizador, guarda avançado do imperialismo colonial, o

<sup>1</sup> O conceito só foi tratado teoricamente, de forma oral, numa intervenção de Carlos Espírito Santo sobre o tema (1985), numa das Semanas de Cultura Africana que, com outros universitários de Coimbra, o autor destas linhas organizou, na Universidade, a partir de 1982.

papel de fonte de todos os males da colonização, responsabilizando-o pela exploração, repressão, miséria e degradação em que vive o colonizado.

O Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (1948), de que resultou a antologia de 1950 e a revista **Mensagem** (1951), expôs claramente as suas intenções de criar uma literatura angolana, de sentido autonômico, reivindicando-se da herança oitocentista dos intelectuais que, entre os anos 80 e a viragem do século, pugnaram por uma sociedade livre e fraterna, que não podia ser aceita pelas autoridades coloniais.

O programa da Associação dos Naturais de Angola, de que a revista era a expressão pública, não podendo ser explícito, trazia as marcas da autonomia: “é necessário (...) definirmos posições e conceituar a verdadeira Cultura Angolana, livre de todos os agentes decadentes (...) nossa, essencialmente nossa”. No primeiro número, o mote era dado pelos poemas “Mamã negra” e “Namoro”, de Viriato da Cruz, e pelo artigo “Questões de linguística bantu”, de Mário Pinto de Andrade. O grau de inovação da poesia do primeiro e da de Maurício de Almeida Gomes foi postulado por Filinto Elísio de Meneses, em 1949, numa palestra que constituiu o primeiro ajuizar e suporte teórico do movimento.

Andrade, já em Portugal, era, desde logo, o responsável teórico pela generalidade das literaturas em processo autonômico, lançando, em 1953, em co-autoria com Tenreiro, o célebre caderno de **Poesia negra de expressão portuguesa**, na introdução ao qual escreveu: “Agora é o novo negro que surge entre duas guerras, consciente dos problemas da sua particular alienação, a alienação colonial e reivindica o seu lugar nos quadros da vida econômica, social e política”. Consciente de que a negritude é a “expressão concreta das realidades negras”, não deixa de incluir nessa escola um poeta branco como António Jacinto e de, para lá do continentalismo e do universalismo da raça negra, considerar Viriato da Cruz, mestiço, aquele “a quem melhor se ajusta o epíteto de *poeta angolano*”, mostrando que a especificidade nacional já era possível no seio do amplo movimento cultural de reivindicação africana, se bem que, mais tarde, na introdução à **Antologia temática de poesia africana** (1967) (Andrade, 1975, p. 8-9), tenha distinguido, separando-os cronologicamente, esses dois impulsos autonômicos: primeiro, a negritude; depois, a *particularização*.

A própria cunhagem, aí, da **Claridade** como evasionista parece-nos, hoje, pouco consistente, mas compreende-se no contexto agudo da luta armada de libertação nacional, tanto mais que refere a “posição antitética” dos intelectuais da Nova Largada caboverdiana: Onésimo da Silveira e o seu ensaio anti-claridoso faziam época (seria publicado, no ano seguinte, na **Présence Africaine**, de que Andrade fora chefe de redação).

A ala mais politizada dos movimentos autonômicos recusava o lado complacente da **Claridade**, como acharia que o **Mshao** (1952) moçambicano não repre-

sentava a moçambicanidade enquanto posição antitética da portugalidade.<sup>2</sup> Quanto à angolidade, o consenso vai no sentido de a considerar operativa, pelo menos desde 1950 (Margarido, 1980, p. 80). Pela nossa parte, podemos recuá-la aos idos de 1849, com as **Espontaneidades da minha alma** e não exclusivamente a partir da **Mensagem**. (Cf. Laranjeira, 1992, p. 38-39)

A óptica da autonomia segundo uma perspectiva política ou ideológica limitou sempre o *corpus* das literaturas emergentes. Nessa perspectiva, que seguimos para uma antologia da poesia *pré-angolana* (1948-74) (Laranjeira, 1976), como que a dizer que, antes da independência política, houvera um quarto de século de poesia nitidamente pré-independente, a literatura sai empobrecida, mas torna-se mais claro o divisor de águas, sem que os problemas de classificação sejam definitivamente resolvidos. Manuel Ferreira (1989: 34) salientou a dívida das literaturas africanas para com a portuguesa, primeiro, numa relação de dependência e, depois, de *individualidade*. Este é, sem dúvida, o teórico cujo critério, sem perda de consciência da individualidade, procura abarcar, de modo mais abrangente, as inter-relações (ou interdependências) de todas as literaturas, no espaço lingüístico da mesma matriz, com suas realizações autônomas.

É hoje pacífico que a literatura caboverdiana começou antes da **Claridade** (houve Eugénio Tavares, Pedro Cardoso, José Lopes), a moçambicana antes de Noémia e do **Mshao** (Rui de Noronha é apenas um dos predecessores), a angolana muito mais obviamente antes da **Mensagem** (Troni, Cordeiro da Mata, Assis Júnior, Soromenho), a são-tomense antes de Tenreiro (lembremos, pelo menos, Costa Alegre e Marcelo Veiga), a guineense antes de Proença e Vasco Cabral (Fausto Duarte).

Menos pacífico é determinar quem e quais os textos que figuram no *corpus* nacional de cada literatura e quando podemos falar de autonomia literária, sobretudo em relação a quê. Eugénio Lisboa acha a questão de somenos importância<sup>3</sup> e assiste-lhe a razão do gosto da universalidade em que se coloca, tal como um Rui Knopfli, que não no papel de historiador. No entanto, o professor<sup>4</sup> e o teórico sentem necessidade de estabelecer uma base segura para o domínio que elegeram como campo de trabalho (cronologia, textos, autores, etc.) e, sem o conceito de autonomia, a que se associam naturalmente os de intertextualidade e comparativismo (relação entre

<sup>2</sup> O conceito só foi tratado teoricamente, de forma oral, numa intervenção de Carlos Espírito Santo sobre o tema (1985), numa das Semanas de Cultura Africana que, com outros universitários de Coimbra, o autor destas linhas organizou, na Universidade, a partir de 1982.

<sup>3</sup> Para Fátima Mendonça (1989, p. 27), a moçambicanidade deflui da conciliação das diferenças culturais nas zonas libertadas pela guerra anti-colonial, mas não tem qualquer hesitação em recuá-la, pelo menos, até Noémia (finais dos anos 40). Manuel Ferreira (1977, v. 2, p. 83) escreveu que a moçambicanidade não fora possível antes de 1974. Ana Mafalda Leite, num texto de 1984, limita-se a expor o estado da questão, deixando-a em aberto.

<sup>4</sup> É irreversível o processo de institucionalização dessas literaturas: cadeiras universitárias, teses de doutoramento, coleções especializadas, crítica, colóquios, etc. Não adianta já abordá-las de um modo *militante*, senão para rerafazer a prática do seu utilitarismo evidente, que pode tornar-se *démodé*. Isto não invalida uma abordagem consciente do seu contexto e funcionalidade.

textos, autores e literaturas), o estudo das literaturas emergentes ficaria lacunar ou, pior do que isso, impiedosamente promíscuo, podendo, então, incluir-se, como se chegou a fazer, Vítor Oliveira Jorge na história da literatura angolana, só porque viveu e publicou, em Angola, um livro de poemas a não desprezar. Como todos os critérios, o tempo (isto é, a recepção) se encarregará de proceder à *seleção natural das espécies*, mas convém lembrar que uns trocam de paradigma mais cedo do que outros, nessa mudança de velocidade ganhando, por vezes, a meta da razão: já Andrade apelidava de *literatura negra* a africana, em 1953, e ainda Amândio César pensava, em 1971, em *literatura ultramarina* (ou “portuguesa do ultramar”). No final da década de 70, ainda Óscar Lopes e António José Saraiva, na sua história da literatura portuguesa, incluíam largas referências a autores africanos, como José Luandino Vieira e outros, emendando a mão nas edições imediatas. Nada disto tem uma importância transcendente, mas indicia uma hesitação muito prolongada em reconhecer o fato autonomista das literaturas angolana, caboverdiana, moçambicana, guineense e são-tomense. Por isso, para os africanos comprometidos politicamente com a independência, a autonomia das suas literaturas, quando estavam a construí-la(s), era um fato inalienável e irreversível.

Fátima Mendonça, em relação a Moçambique, considera que, nos anos 20, existe, de fato, uma literatura moçambicana, herdeira, desde então, da literatura europeia, por isso não vislumbrando uma pertinência especial na construção de uma poética africana, como queriam Ana Mafalda Leite ou Alberto Carvalho.<sup>5</sup>

O neo-realismo (português, italiano, norte-americano e brasileiro), recebido como fórmula substitutiva do modernismo, fornece os instrumentos estéticos e ideológicos para a representação do espaço e do tempo coloniais: relações de produção, com personagens desempenhando papéis profissionais e atividades próprias dos colonizados (como em “Monangambé” e “Poema da alienação”, de António Jacinto); definição clara e concisa do espaço geográfico e cultural (como em muitos poemas de “retratos de proletários”, de Noémia, Craveirinha e outros); pinceladas rápidas sobre a história da colonização, visíveis em Tenreiro, Neto e Craveirinha: O locutor toma o partido dos africanos – quase sempre representa um deles e, muitas vezes, aparece-nos como autêntico colonizado proletário –, passando, a partir dessa posição inovadora, a inverter-se o papel dos brancos na história literária: são agora personagens secundárias ou, quando sob a luz dos focos, encarnam o odioso da história e chegam a arcar com a infâmia do mundo e, racistas desbragados, a cobrir-se do ridículo de se discriminarem entre si (veja-se “A renúncia impossível – negação”, de Neto).

Esta africanidade de cariz vincadamente autonômico, típica do final dos

<sup>5</sup> Carvalho afirmou, no I Colóquio universitário luso-brasileiro dedicado às literaturas africanas (Actas, 1986, p. 424), que usou somente contributos de africanos, “para conservar o sentido da Africanidade das questões”, num gesto que nem os negritudinistas ousaram.

anos 40, princípio dos 50, passa necessariamente pela localidade e regionalidade dos mínimos elementos representativos de um espaço colonial não colonialista e pela proto-nacionalidade e ainda pela enunciação de um consciente amor à terra, que se aprofunda como reivindicação da nacionalidade. Ela institui a prevalência de cenários e cenas identificáveis com a comunidade colonizada na sua situação concreta e estandardizada de colonização, de dominação, a partir dos quais se pode traçar um retrato do colonizado enquanto tipo e objeto sujeito às condições históricas.

A negritude introduz no discurso literário o discurso do homem negro em nível intercontinental, ultrapassando as diferenças de classe, condição e cultura, para o apresentar como um conjunto, sujeito individualmente à alienação, mas tomado pelo furor prometeico.

A africanidade, vista na perspectiva abstrata e genérica das qualidades do homem e do mundo africanos, em contraposição ao homem e mundo europeus, é uma doutrina que inclui componentes geográficas, etnológicas, históricas, míticas, lingüísticas, religiosas, etc., que constituem e caracterizam o discurso do africano negro na sua herança assumida e no seu visionarismo profético, forjadores de uma nova identidade social e cultural. O discurso da negritude constitui, portanto, a emergência estética da ampla doutrina da africanidade e da ideologia pan-africanista, contributo inestimável para o fazer literário segundo uma concepção autonomista que, embora aceitando naturalmente os contributos culturais variados (políticos, ideológicos, científicos, étnicos, populares, eruditos, etc.), incluindo os europeus, se atém a princípios autonomistas, africanos, anti-colonialistas, recusando a submissão aos padrões impostos pelas potências dominantes. Um dos seus traços característicos é precisamente ironizar com a superioridade artística da música erudita européia, sem que isso implique necessariamente a negação da sua alta elaboração cultural e do valor estético que a consagra como ponto alto da evolução musical.

A plena e inequívoca assunção da africanidade verifica-se no poema “A renúncia impossível – negação”, de Agostinho Neto, escrito em 1949 e mantido inédito até 1982. Nele, o africano é uma figura coletiva, de expressão continental, que representa todo o sofrimento histórico da África negra. Não há espaço para o localismo e a regionalidade, nem para qualquer assomo de nacionalismo. O africano é representado pelo negro, o qual coincide com o colonizado. Não há lugar, pois, para o branco nessa concepção de África negra. O poema é omissivo quanto à mestiçagem, ao contrário dos de Viriato da Cruz, que tinham essa questão como subjacente à semântica do discurso.

Os poemas de Neto e de Viriato constituem dois modos distintos de autonomia literária em relação à metrópole colonizadora e à literatura européia em geral: por um lado, apresentam, sob o manto ácido da ironia e da palavra tumultuosa, a conclusão de que o africano contribuiu decisivamente para a construção do mundo moderno, quanto mais não fosse pelo seu trabalho escravo e assalariado; por outro,

pressupondo a mestiçagem biológica e a transculturação, traçam estados de mundo diferenciados dos europeus.

Outros nomeiam um porvir de independência de que a literatura é a antecipação corpórea. Assim, o moçambicano Craveirinha usa uma imagem sinedóquica inequívoca para significar o novo país a construir na luta anti-colonial: “um par de pernas nacionais” (in “Sia-Vuma”). Com naturalidade, segundo a óptica autonomista, escreverá, no mesmo poema: “há-de voltar deste exílio/mais moçambicano connosco”.

A busca da autonomia passa, portanto, e em suma, pela identificação dos locutores entre si e com um projeto de independência literária face aos modelos coloniais da cultura. Reivindicação anti-colonial, afirmação nacional, assunção étnica e folclórica, uso do bilingüismo textual ou de línguas não europeias (crioulo, forro, línguas bantas), exposição africanística, exaltação rática, exaltação independentista, todos os meios são aceitáveis pela comunidade de consciência não portuguesa, desde que possam inserir o texto no processo de instauração de uma comunicação africana. Nesse sentido, a expressão *literatura colonial* já não tem o significado que recebia no contexto brasileiro (literatura brasileira ou luso-brasileira da época colonial), mas, atendendo às circunstâncias do seu objeto, quer dizer que se trata de uma literatura não africana, de evasão, para um público europeu apreciar o exotismo da “África selvagem”. As literaturas africanas foram inconciliáveis com a colonial, mas aceitaram os contributos do modernismo, surrealismo, neo-realismo ou concretismo, sem que se possa falar de discipulato ou epigonismo, pois tiveram sempre o condão de submeterem os esquemas alienígenas à sua mentalidade substantiva e concreta, de organização visual e realista. A autonomia também nisso se verificou: poder de assimilação do alheio. Joyce está em Luandino, mas sem cosmopolitismo. O fascínio da cultura clássica antiga, grega e latina, revive nos nomes e destinos das personagens de Pepetela, mas em co-textos de situação colonial ou de guerrilha. Romances de aprendizagem da literatura universal, como **Doidinho**, de José Lins do Rego, ecoam no **Chiquinho**, de Baltasar Lopes, mas o realismo do seu mundo romanescó é cabo-verdiano e não português (a figura do governador sai maltratada, não por acaso), mesmo que o romanceiro tradicional ibérico sobreviva na cultura popular do arquipélago, na primeira parte da narrativa.

Antes da independência nacional, a autonomia literária é irreversível, não só porque a anuncia mas também porque ajuda a constituí-la.

## RÉSUMÉ

L'auteur décrit le parcours générique des littératures africaines de langue portugaise, pendant les dernier 150 années. Il nous décrit les mouvements, les revues et les oeuvres qui ont commencé, avec beaucoup d'intensité, une enquête sur l'identité, l'autonomie, la nationalité, à l'intérieur de la langue commune et des héritages culturels les plus divers. De ces héritages, il s'agit de détacher le Modernisme, le Neo-réalisme, la Négritude ou le romans social du Nor-Est brésilien. Bien sur, les littératures africaines se sont institués en tant que littératures nationales, avant les nationalités, par une rhétorique et une imagétique du concret, du social, de l'historique et du politique. L'article parle aussi des difficultés de la critique traditionnelle, idéologiquement conservatrice, en admettre la formation de nouvelles littératures.

### Referências bibliográficas

- ANDRADE, Mário de. *Antologia temática de poesia africana*. v. 1, Lisboa: Sá da Costa, 1975.
- FERREIRA, Manuel. *O discurso no percurso africano – I*. Lisboa: Plátano, 1989.
- LARANJEIRA, Pires. *De letra em riste*. Porto: Afrontamento, 1992.
- MARGARIDO, Alfredo. *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.
- MENDONÇA, Fátima. *Literatura moçambicana, a história e as escritas*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1989.